

ESTADO DE ALAGOAS

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas

Rua Sampaio Marques, 25, 5º andar, sala 507, Edf. Delman Empresarial - Bairro Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030107
Telefone: (82) 3432-1291 - www.alprevcomp.com.br

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS PEQUENAS COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 95, §2º DA LEI Nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Enio Andrade Pimenta, Conselheiro-Presidente** em 07/01/2026, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36477600** e o código CRC **A9D7D3B4**.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Fundação, RESOLVE:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito da Fundação, disciplinando as modalidades de execução, limites, autorizações, controles e prestação de contas.

Art. 2º Para fins desta Resolução, consideram-se pequenas compras e serviços de pronto pagamento e que não envolvam obrigações futuras, aquelas aquisições e contratações cujo valor individual não ultrapasse o limite de pequena monta previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, realizadas por procedimento simplificado e registro em processo administrativo.

Parágrafo único: Toda despesa deverá contar com autorização prévia da Fundação, entendida como a ciência e anuência da Diretoria Executiva ou da autoridade competente quanto à necessidade e pertinência da contratação ou aquisição, ainda que não formalizada em processo administrativo específico. O ressarcimento de despesas realizadas sem essa autorização prévia não será admitido, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aprovadas pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II - MODALIDADES DE EXECUÇÃO

Art. 3º As despesas poderão ser executadas por:

I - Pagamento Direto pela Fundação: Efetuado via transferência bancária, Pix, boleto, cartão corporativo institucional ou outro meio bancário que registre o pagador e o recebedor.

II - Ressarcimento: Quando a despesa for realizada com recursos próprios de diretor, empregado, conselheiro ou participante, devidamente autorizada e comprovada, será utilizada preferencialmente em situações em que o pagamento direto não foi possível ou seria mais oneroso. O ressarcimento será processado após conferência e aprovação da prestação de contas.

III - Suprimento de Fundos (Adiantamento): Concessão de numerário a colaborador para despesas específicas, autorizadas e vinculadas a processo administrativo, a prestação de contas é obrigatória, com devolução de saldo remanescente à conta da Fundação.

CAPÍTULO III - REGRAS COMUNS

Art. 4º Aplicam-se às modalidades previstas no art. 3º as seguintes regras:

I - Limite por operação: valor estabelecido no art. 95, §2º da Lei nº 14.133/2021.

II - Autorização: do Diretor Presidente, salvo exceções de até 5% dos limites do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que podem ser autorizadas pela Diretoria de Administração e Finanças.

III – Documentação: documento fiscal ou recibo com descrição clara, sem rasuras, emitido em nome da Fundação, do beneficiário ou ressarcido.

IV – Controle: registro no SEI vinculado ao orçamento do PGA, com acompanhamento do saldo utilizado e disponível

V – Vedação ao fracionamento: é proibido fracionar despesas para adequação ao limite de pequena monta.

VI – Acompanhamento/Recolhimento de saldos: obrigatório até o último dia útil de dezembro de cada exercício financeiro.

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 5º Os processos administrativos deverão conter:

I – Solicitação formal com justificativa da necessidade.

II – Autorização da despesa pela autoridade competente.

III – Registro do valor autorizado no PGA.

IV – Documento fiscal ou recibo com descrição clara.

V – Comprovante de pagamento ou ressarcimento.

Art. 6º Na hipótese do Art.3º, III, a prestação de contas deverá ser realizada até o décimo dia útil do mês subsequente à realização da despesa, com conferência pela Diretoria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO V - SANÇÕES

Art. 7º O descumprimento das disposições desta Resolução sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – Advertência.

II – Suspensão.

III – Desligamento da Fundação.

IV – Reposição imediata dos valores e responsabilização civil e penal, conforme legislação vigente.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições em contrário

Processo nº E:44017.0000000204/2025

Revisão 00 SEI ALAGOAS

SEI nº do Documento 36477600